

APRESENTAÇÃO

Vidros coloridos, espelhos inclinados

Paulo Henrique Barbosa Dias¹

TEMPO DA CIÊNCIA não está nesta edição organizada em torno de uma temática específica. Ela apresenta artigos que abordam assuntos distintos desde perspectivas também diversas. Não há um fio único a alinhar os artigos apresentados e o volume mais se assemelha a um artesanato produzido com materiais heterogêneos cuja liga é dada pelo vínculo dos textos ao universo das Ciências Humanas e em particular das Ciências Sociais. A imagem composta nos faz lembrar aquelas produzidas pelo efeito de vidros e espelhos de um caleidoscópio.

A partir da análise historiográfica de uma instituição patronal particular, Baudino descreve no artigo “Programa y acción de un sujeto político. La Confederación General Económica ante la insurrección popular de los 70s. en Argentina” a configuração de uma etapa da consolidação burguesa na Argentina. O período analisado é relativamente recente e caracterizado por acentuada instabilidade política. Não são poucos os elementos do processo narrado por Baudino que encontram similaridades em fatos e movimentos ocorridos em outras regiões do continente sul-americano.

Criada em 1952, A Confederación General Económica (CGE) apresenta um programa que remete a políticas econômicas, postas em ação em todo o continente, atualmente consideradas por muitos como ultrapassadas. Associam-se a um modelo que se convencionou chamar “desenvolvimentista”. Observamos na história recentíssima do Brasil acirradas discussões acerca da sua eficácia. De forma bastante esquemática podem ser elencados alguns dos princípios norteadores do programa encampado pela CGE: substituição de importações; fomento da compra de bens produzidos a partir do desenvolvimento de setores estratégicos da indústria nacional; crescimento econômico sustentado pelo incremento do consumo interno. A autora nos informa que a CGE pode ser considerada “representativa de una fracción muy numerosa de la burguesía nacional políticamente activa en Argentina, especialmente en el período 1969-1976”. Aí reside, aliás, seu interesse maior.

Ao longo de todo o texto percebemos o esforço de Baudino em identificar e expor as maneiras como a Confederação estabeleceu alianças, coalisões, enfrentamentos com segmentos sociais diversos no período da história argentina assinalado no título. O texto enfatiza particularmente a confluência da entidade junto a um setor da classe operária e ruptura com frações do empresariado. Lugar de destaque é conferido à Confederación General de los Trabajadores (CGT), entre os interlocutores e eventuais aliados da CGE. A burguesia politicamente dominante em cada etapa histórica da Argentina adotou modelos específicos de acumulação. Agroexportador, industrialização por substituição de importação e um terceiro designado neoliberal. Se opondo à centenária UIA (Unión Industrial Argentina) a CGE caracterizava-se como expoente por excelência de uma burguesia “nacional industrialista”. Em larga medida interesses desta base social colaboraram para que em sua atuação a CGE

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas; Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: phbdias@gmail.com

se aproximasse gradativamente das organizações representativas das classes trabalhadoras. Restauração democrática, distribuição das riquezas e defesa da indústria nacional foram lemas que nos anos 70 viabilizaram acordos entre o peronismo, o radicalismo e ainda outras forças políticas. Convergência traduzida em slogans como “la hora del Pueblo” ou “trégua social”, possibilitou o protagonismo de políticas reformistas. O posicionamento da CGE ao final do período histórico analisado por Baudino é descrito por ela de forma sintética como marcado pela “la intención de conciliar expresiones obreras y capitalistas, así como remarcar la peligrosa brecha que abría el Cordobazo. El proyecto reformista se presentaba entonces, no solo como una alternativa sectorial para las empresas pequeñas y medianas, sino como expresión de un interés general de la nación para resguardarla de un posible colapso”

Em registro bem distinto, o texto de Bao aborda os temas da História, da América Latina e das classes sociais. A partir de uma proposta inusitada seu artigo propõe uma comparação entre perspectivas “decoloniais” e uma sugestão metodológica do autor de *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Mas a obra de Thompson que serve de referência ao estudo de Bao é outra: *A miséria da Teoria*. Livro no qual o autor inglês se contrapõe à análise do materialismo histórico formulada por Althusser. O artigo “Lógica Histórica e Interculturalidade: um diálogo possível” reconhece e explicita as limitações do seu intento. A lógica histórica, método recomendado e utilizado por Thompson é tributária do que Bao qualifica como um “constructo racional baseado nos fundamentos do pensamento ocidental que se mantém eurocêntrico.” Vai além: como praticar a lógica histórica (disciplinar) entre “povos sem história”? Tais dificuldades não o demovem do exercício teórico proposto: “dialogar com a perspectiva decolonial, sugerindo como algumas abordagens do pensamento decolonial podem auxiliar a redimensionar o alcance analítico da proposta Thompsoniana, indicando os “pontos cegos” desse olhar analítico para o conhecimento da história e da vida social.”

Um governo para “todos” e não um governo indianista foi o apelo dos segmentos deslocados do poder por Evo Morales. (Walsh, 2006). A relação entre mestiçagem e cidadania tem baseado um imaginário da nação que exclui povos indígenas e os de origem africana. Povos que mais do que excluídos do imaginário, são excluídos da história em si. A ideia de multiculturalidade é uma das quais o posicionamento intercultural deve enfrentar sistematicamente. Aquela pode ser apreendida como estratégia que sustenta a produção e administração da diferença dentro da ordem nacional e fomenta a expansão do neoliberalismo. Neoliberalismo e capitalismo transnacional são, evidentemente, alvos de críticas elaboradas por Thompson. Os termos das críticas são outros, contudo. Em *A Miséria da Teoria* o esforço maior de Thompson é contrapor ao estruturalismo – não nos esqueçamos que seu interlocutor é Althusser – a primazia da atuação humana no curso histórico. “Subalternidade” é uma noção cara às duas perspectivas confrontadas em “Lógica Histórica e Interculturalidade: um diálogo possível”. Não é, contudo, conceito localizável no vocabulário de Thompson. Mas poderia ser nele incluída sem prejuízo dos seus argumentos. Seu livro mais notório é dedicado à tarefa de descrever e compreender o processo de formação de uma classe subalterna. Colonialidade, por seu turno, não é passível de um tal “deslocamento terminológico”. O texto informa-nos porque é possível associar em um corpo teórico, abordagens distintas e críticas sobre dinâmicas sociais pós-coloniais. O argumento é: O projeto em comum que une esses/as pensadores/as é o reposicionamento da colonialidade na conformação da modernidade, indicando não apenas como a epistemologia ocidental coisificou a alteridade, mas como essa mesma alteridade constitui o lado invisibilizado da trama moderna e, logo, como não há uma “modernidade” essencial e universal a não ser em

relação com seu Outro, a colonialidade. A possibilidade de um diálogo tão improvável é a aposta que seu artigo encarna.

Desde as primeiras linhas de “Jovens e Seletividade Étnico Racial: Educação, Trabalho e Renda na Microrregião de Toledo, PR” sobressaem suas principais características: clareza e objetividade. Colognese e Oliveira apresentam uma análise sóbria acerca do impacto dos traços étnico raciais sobre a atividade profissional, a educação e a renda dos jovens daquele espaço geográfico. É importante sinalizar que as categorias étnico-raciais utilizadas são aquelas autodeclaradas. Os autores salientam a manifestação nas experiências vividas pelos jovens das contradições e desigualdades típicas da sociedade brasileira. Propõe um modelo de análise que incorpora abordagens metodológicas quantitativas e qualitativas de dados obtidos em fontes secundárias. Entre elas estão dados produzidos pelo IBGE, pelo IPARDES, pelo IPEA e pelo INEP. O estudo demonstra, por exemplo, a partir de dados do censo de 2013, as distorções do acesso ao ensino baseadas nas diferenças de étnico raciais entre os jovens da região pesquisada. As desigualdades e distorções se repetem quando o que é avaliado é a renda e a participação no mundo do trabalho. Além dos dados agregados sobre cada uma das variáveis analisadas, a investigação apresenta informações referentes a localidades específicas da microrregião. Com variações importantes, os dados obtidos no estudo demonstram clara correlação entre “cor da pele” e situação laboral, educacional e econômica. Se desconsiderarmos na análise as informações sobre jovens indígenas, cuja representação é extremamente baixa, e agregarmos as categorias branco e amarelo, percebemos sem dificuldade que na região estão reproduzidos os fatores constitutivos da estrutura étnico-racial da sociedade brasileira. Nesta estrutura, as desvantagens ou situações de precariedade em cada uma das dimensões investigadas aumenta à medida que a pele escurece. É assim por exemplo que entre 1413 jovens pretos, apenas 9 têm renda superior a quatro salários mínimos. Somam 743 os que recebem de 1 a 2 salários mínimos. Não há representantes pretos nas faixas de renda superior a 10 salários mínimos. A clareza e objetividade mencionadas encontram-se expressas nas linhas finais do artigo: “Com esse panorama, percebe-se que ser jovem nesse espaço regional e não pertencer à categoria dos autodeclarados “brancos” envolve proporcionalmente mais riscos de não conseguir alcançar níveis de escolaridade elevada, trabalhos estáveis e/ou com garantias sociais e, conseqüentemente, níveis de renda que proporcionem maior qualidade de vida.”

A tensão entre duas forças antagônicas é, de acordo com Rocha Junior, o que Simmel considera os alicerces da vida social. Encontramos em “Entre a unidade e a distinção: a configuração paradoxal das relações de dominação e das relações de reciprocidade na teoria social de Simmel” uma reflexão sobre tal afirmação. As referidas forças são aliança e dominação. Na reciprocidade estaria, para o Sociólogo alemão, a sustentação dos vínculos sociais. A tendência à unidade e à harmonia dos grupamentos sociais é sustentada pelas interações entre indivíduos movidas pela gratidão, sempre associada ao dever de retribuir. Mas, evidentemente, os vetores da vida social não residem exclusivamente aí. As sociedades se movimentam impulsionadas também por formas de dominação. A propensão ao poder e à dominação se combina paradoxalmente com as tendências promotoras dos vínculos que permeiam as interações entre os homens. Uma vida comum e estável entre eles é possível, mesmo depois da interação, por conta de elos gerados a partir da reciprocidade ou, se preferirmos, da troca dos dons. Ajuda-nos a compreender melhor este fenômeno a seguinte formulação de Rocha Junior: “a gratidão é um sentimento socialmente constituído que expressa a ‘memória moral da humanidade’”. O autor adverte que tal gratidão não supõe que o dado e o recebido se refiram a qualidades homogêneas. Há cooperação de distintas

naturezas e produtoras de consequências também diversas. Cooperações específicas devem estar presentes em relações de dominação. A eficácia desta supõe a avaliação, por parte dos dominados, de que nela reside algum grau de legitimidade. Ela se vê comprometida quando baseada exclusivamente no arbítrio. Simmel supunha o inverso. Ainda que só uma das partes nas relações de dominação saia beneficiada, tais relações não se estabelecem sem alguma convergência entre dominantes e dominados.

O autor deixa evidente como compreende os argumentos de Simmel quanto aos temas abordados. Sua interpretação caminha em direção da identificação dos vínculos paradoxais que permeiam as interações humanas e dão forma às distintas formas de coletividade.

Literatura, formas de narrativa, temas ficcionais são os “elementos-chave” do artigo “Ocupar Territórios Imaginários”. Nele Lisboa recupera eventos da biografia de Olívio Zeferino da Silva para, entre outras coisas, discutir a temática dos trânsitos culturais. É batizado como Jekupé após ter se aproximado de aldeias Guarani em São Paulo. Jekupé já tinha alguma experiência na produção literária quando foi “impulsionado pelas experiências em educação escolar diferenciada, tal qual definida pelo Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas”. Sua literatura passa a ser consumida simultaneamente pelo público indígena e um outro infante-juvenil, que interpretam sua obra com códigos culturais distintos.

Através de interpretações das obras de Jekupé, Lisboa dedica-se à discussão da ficção de movimento. O que encontra é a expressão do trânsito cultural na ficcionalidade do texto e na recepção, ou seja, a inscrição narrativa dos trânsitos no texto e o trânsito do texto entre leituras culturais distintas. Distintas porque assentadas no imaginário Guarani e em um outro não indígena. Tal diferenciação não é suficiente para inviabilizar atravessamentos de fronteiras, trânsitos, circulações e aproximações. Não apenas entre imaginários, mas neste caso particular entre o terreno e o espiritual. Diante da dificuldade de abordar as formas de leituras e recepção da produção literária de Jekupé, fincadas em cada um daqueles imaginários, Lisboa opta por buscar indícios da expectativa de interação com a sua obra

Otto Adolf Eichmann, ex-tenente coronel das SS, vivia desde 1950 na Argentina sob um passaporte falso. Eichmann foi sequestrado no dia 11 de Maio de 1960, na rua de sua casa. E no dia 11 de Abril de 1961, iniciava-se, em Jerusalém, o seu julgamento pelos crimes de guerra. Como sugere o título do artigo, “O julgamento espetáculo de Adolf Eichmann”, seu objetivo é analisar rito e performances observados no tribunal. As autores partem de avaliações de Foucault sobre transformações ocorridas nos julgamentos penais. Entre elas a substituição do carrasco por um corpo técnico imediatamente associada ao deslocamento da repressão do corpo para a alma ou consciência do julgado. Busca-se no estudo compreender a teatralização dos processos de julgamento. Vale ressaltar que os julgamentos medievais eram espetaculares na acepção mais estrita do termo. Apresentando vasto material iconográfico as autoras propõem uma análise do que se poderia chamar “encenação jurídica”. Outro eixo teórico que orienta o estudo são as observações feitas por Hannah Arendt em um livro no qual analisa o mesmo julgamento. Nele também a dimensão cênica das sessões no tribunal constitui o alvo principal. Daí o destaque que o artigo confere a transformações cenográficas e arquitetônicas dos espaços teatrais. A história destes é acionada para a compreensão do processo no qual o tribunal tornou-se um palco no qual se deu a performance em que Eichmann foi julgado, não apenas pelos crimes que cometeu, mas também por todos os demais cometidos contra todos os judeus. As acusações sobre Eichmann referiam-se, além deste últimos, a crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Após defini-los, Xavier; Soares; Wey, comentam sobre as motivações da escolha do advogado por Eichmann. Ele defendera réus nazistas condenados nos Tribunais de Nuremberg. A “estranha” escolha

poderia ser qualificada como uma tentativa de “roubar a cena”. “A opção por Servatius, nessas circunstâncias, leva-nos a crer que o acusado não apenas previa, mas até mesmo apetecia o mesmo destino dos nazistas e colaboradores do sistema nazista, entrando para a história do Terceiro Reich a todo custo”. Assim, é razoável afirmar que além de importantes dados historiográficos obtidos na pesquisa, o método de proposto para analisa-los, mostra-se profícuo para investigações de temas diversos

O último artigo que integra este volume de **TEMPO DA CIÊNCIA** aborda o tema do *bullying* orientado, sobretudo, conforme explicitado no seu título, por conceitos adotados por Michel Foucault e autores que analisam sua obra. A pesquisa na qual Bazzo se baseou para discutir o tema proposto, realizada em municípios do Rio Grande do Sul, foi desenvolvida em “duas frentes”. Uma delas contemplou entrevistas com diversos atores envolvidos com a temática do *bullying* bem como o acompanhamento de eventos a ele relacionados. A outra envolveu “observações e entrevistas com funcionários, professores e estudantes, de diferentes níveis de ensino, em duas instituições educacionais, uma pública e outra privada, voltadas a camadas médias da população de [municípios serranos do estado]”.

“Aportes foucaultianos para uma etnografia da empresa moral do *bullying* no contexto contemporâneo brasileiro” volta-se para o debate acerca da “preocupação moral” em torno de antigas práticas que já foram tomadas por brincadeiras, e situam-se hoje em outro patamar. Patamar este associado a novos vocabulários que dariam origem a “efeitos performativos” sobre a realidade relacionados a atitudes condenatórias. Estas vinculam-se a uma noção cara para Foucault: “trauma” O termo *bullying* extrapola os domínios da ciência e torna-se recurso da “inteligência social dos atores”. Para alcançar sua meta Bazzo dá ênfase a um conceito estratégico da obra de Foucault: trata-se da noção de dispositivo. Conceito do qual se apropria com a qualificação específica “*psi*”. É conhecida a centralidade dos conceitos “campo de saber”, “tipos de normatividade” e “formas de subjetividade” na obra de Foucault e sua forte conexão com a noção de dispositivo. Esta última teria sido, de acordo com Bazzo, definida de forma mais clara por Agamben. Dispositivos estão “voltados para o gerenciamento de populações de uma forma entendida como mais útil e adequada”. E podem compreender, entre outros fatores, práticas, conhecimentos, técnicas, discursos. Dispositivos *psi*, seriam aqueles que ganharam visibilidade e notoriedade no mundo ocidental moderno, originários das disciplinas psicocientíficas. Tais dispositivos adquirem caráter civilizatório, concorrendo para o manejo de alteridades, impedimento de conflitos, pacificação social democrática.

Estes são alguns dos recursos mobilizados pela autora com a intenção de compreender o fenômeno investigado superando os argumentos de natureza criminológica.

Esta edição de **TEMPO DA CIÊNCIA** é completada por duas resenhas. Ambas abordam obras, cada uma a sua maneira, relacionadas a Michel Foucault. Magela e Sandeleia avaliam **Foucault and the *Kamasutra*, de Sanjay K. Gautam**. Uma interpretação do livro de Mathieu Lindon **O que amar quer dizer** é assinada por Flávia Bruno.